

Adesão à greve das IPSS entre 70 e 75%



Sindicalistas apontam que a greve teve a "adesão esperada", levando ao fecho de algumas instituições

FRANCISCO CUNHA/LUSA
acorianooriental@acorianooriental.pt

No segundo dia da greve regional de funcionários das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), o líder regional do SINTAP Açores, Orlando Esteves, apontou "uma adesão entre 70 a 75%".

Esteves salientou que "os nossos objectivos quanto à adesão a esta greve foram cumpridos" e ainda que houve "muitas creches, jardins de infância e ateliers de tempos livres que estiveram encerrados", sendo nas instituições que cuidam de crianças onde se registou a maior adesão.

Relativamente a instituições de apoio à terceira idade, revelou que algumas estiveram a funcionar apenas com "serviços mínimos".

Segundo o dirigente sindical, a greve registou adesão em todas as ilhas dos Açores, mas os níveis mais elevados verificaram-se nas ilhas de São Miguel, Terceira,

Faial e Santa Maria. Na origem da greve esteve, segundo o SINTAP (Sindicato de Trabalhadores da Administração Pública), a suspensão do processo negociado sobre aumentos salariais e revalorização das carreiras, alegando ainda o sindicato a existência de atrasos nas transferências do Instituto de Acção Social para as IPSS.

"Temos identificadas instituições que ainda não receberam as transferências", indicou Orlando Esteves, reafirmando a denúncia feita na terça-feira e acusando ainda a Secretaria Regional do Trabalho e Segurança Social de estar a "fugir das suas responsabilidades", ao imputar as instituições da responsabilidade pela falta de pagamentos.

"Não estamos aqui para defender as entidades patronais, mas passar a batata quente a dizer que as IPSS é que não estão a pagar... Também as há. De certeza que deve haver alguma instituição que já recebeu do Instituto de Acção Social e não pagou. Mas cabe à Inspeção Regional do

Trabalho verificar isso", disse.

A declaração de Orlando Esteves surge como resposta a um comunicado da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, em que a mesma constata que "todos os pedidos de apoio financeiro formulados pelas entidades patronais até 2009 foram devidamente analisados e pagos".

Outro ponto da nota indicava que "o pagamento das promoções e das diuturnidades devidas a um qualquer trabalhador é da total e exclusiva responsabilidade da entidade patronal".

Orlando Esteves evidenciou ainda a existência de uma "falta de sintonia" entre a secretaria regional e o Instituto de Acção Social.

"Há qualquer coisa que não está a ajudar aí", apontou o sindicalista: "Há muitas instituições que fizeram já os ofícios para o Instituto de Acção Social, uma vez, duas vezes... fizeram inclusive denúncia à directora regional e até hoje, desde há dois ou três anos, não respondem às instituições quanto a esses ofícios". ♦

PDA pondera apresentar queixa-crime sobre transportes marítimos

O gabinete jurídico do PDA (Partido Democrático do Atlântico) está a ponderar apresentar uma queixa-crime no Ministério Público contra a Região.

Em causa estará uma série de alegadas ilegalidades apontadas ontem em conferência de imprensa por Manuel Costa, líder do partido, na operação do Express Santorini e "negócios informais" entre a Região e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) que terão "causado" o incumprimento das velocidades contratadas - uma das causas que motivaram a rescisão do contrato entre a Atlânticoline e os ENVC.

Manuel Costa afirma que "tem informação oficial segundo a qual" o Express Santorini foi construído em 1974 o que, de acordo com o Decreto-Lei nº 293/2001 - explica - "exige que o barco seja abatido por ter mais de 35 anos, pelo que a sua utilização será ilegal.

"Se houver um acidente, não há nenhuma seguradora que se responsabilize quando verificar que o navio já devia ter sido aba-

tido", concluiu o líder do PDA.

Entre outras acusações, Manuel Costa defendeu também o retomar das negociações com os ENVC, uma vez que "o Anticiclone é um navio feito à medida dos Açores". Negociações essas que, na sua opinião, estiveram envolvidas "numa teia que é preciso desmascarar".

O líder do PDA fala em negociações "que não foram feitas por escrito" entre a Região e os ENVC como a causa para o incumprimento das velocidades contratadas.

Afirma Manuel Costa que a Região terá exigido informalmente, ou seja, sem ser por escrito, um conjunto de alterações aos navios que terão contribuído para que as velocidades não tenham sido as contratadas.

Contactada pelo Açoriano Oriental, a administração da Atlânticoline - empresa que gere os transportes marítimos nos Açores - não quis comentar oficialmente as declarações do líder do PDA, remetendo para mais tarde um eventual esclarecimento. ♦ IF/PF



Manuel Costa denuncia a existência de irregularidades

Greve na EDA divide opiniões

A greve dos trabalhadores da Electricidade dos Açores (EDA) registou uma adesão de 70%, segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, mas a empresa contrapôs que não ultrapassa 26,30%.

Os dados mais recentes fornecidos pelo sindicato apontam para uma adesão de 71,5% na Produção e Despachos, de 78,5% na Manutenção e 59% nas Redes. "A adesão média é de 70%", refere um comunicado divulgado ontem.

O documento acrescentou, no entanto, que a adesão foi de 100% na Produção nas ilhas Terceira, São Miguel, Santa Maria,



Sindicato invocou adesão de 70%

Graciosa e Corvo e nos Despachos nas ilhas de São Miguel e Terceira. Estes dados foram refutados pela EDA, tendo um porta-voz da eléctrica açoriana revelado que a paralisação registou uma adesão de 26,30%, assegurando ainda a "normalidade" dos serviços. Na origem desta greve está a contestação à proposta de aumento salarial de 0,8% apresentada pela eléctrica açoriana. O sindicato contesta este valor, alegando que a empresa está a registar os seus maiores lucros de sempre, esperando que a greve permita "uma inversão de posições" e "o retomar imediato" das negociações. ♦ LUSA

SPEA recorre a radar para estudar aves do Corvo

Esta semana um conjunto de especialistas está na ilha do Corvo para testar técnicas inovadoras de detecção de aves marinhas, com recurso a sistemas de radar.

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves associou-se a especialistas, nacionais e estrangeiros, para usar técnicas de detecção por radar, para estudar estas aves pela primeira vez em Portugal.

De acordo com uma nota da associação, o recurso a esta tecnologia pioneira possibilita alcançar novos conhecimentos sobre as importantes colónias de

aves marinhas da ilha do Corvo.

"Pela primeira vez poderemos saber quantas aves usam as falésias, quais as zonas que preferem e se é possível distinguir diferentes espécies a distâncias elevadas sem as conseguir ver", afirmou Pedro Geraldès, o coordenador do projecto.

"Se conseguirmos bons resultados abrem-se novas possibilidades para o estudo de aves marinhas nos Açores, o que nos vai permitir conhecer detalhes destas aves que até agora eram impossíveis de determinar", afirmou. ♦ IF/PF